



ESTUDO DAS POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS NOS CORREDORES ECOLÓGICOS, PONTE ALTA DO TOCANTINS: UM ESTUDO DE CASO

Ioneide Nunes Carvalho Souza¹Valdir Aquino Zitzke²

(1 - Pós-graduada do Curso de Especialização em Geografia – UFT – Campus de Porto Nacional – TO. Ioneidencs@hotmail.com. 2 - Professor MSc. do Curso de Especialização em Geografia – UFT – Campus de Porto Nacional – TO)

Resumo

A riqueza da biodiversidade do Jalapão e o seu delicado equilíbrio ecológico, aliados ao grande valor econômico dos seus recursos naturais, exigem que estratégias sejam viabilizadas para conciliar expansão socioeconômica e conservação da natureza. O Corredor Ecológico, na condição de uma nova modalidade de conservação, permite o fluxo da vida selvagem entre as diferentes unidades de conservação, facilita a recomposição florestal e propõe a ampliação das áreas de conservação da biodiversidade. O Corredor Ecológico Jalapão-Chapada das Mangabeiras, localizado nos estados do Tocantins, Piauí, Maranhão e Bahia, está em processo de implementação pelo Ibama, *Conservation International* – CI e Governos estaduais e municipais. Dentre os 17 municípios que integram o Corredor, Ponte Alta do Tocantins foi definido como área de estudo, com o intuito de avaliar as potencialidades com vistas ao desenvolvimento sustentável a partir da proposta de gestão biorregional. Nessa proposta, os municípios e a população participam da preservação, através de programas de educação ambiental. Utilizou-se a entrevista como técnica de investigação científica, análise de documentos públicos e privados, possibilitando averiguar as atividades econômicas do município, diagnosticar as antigas práticas culturais, como fonte geradora de recursos para a população e avaliar as transformações advindas da atividade turística na região.

Palavras-chave: Corredores ecológicos, Desenvolvimento sustentável, Conservação da natureza, Unidade de conservação, Potencialidades.

Abstract

STUDY OF THE POTENTIALITIES FOR THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF THE CITIES IN THE ECOLOGICAL RUNNER, PONTE ALTA OF THE TOCANTINS: A CASE STUDY

The wealth of the biodiversity of the Jalapão and its delicate ecological balance, ally to the great economic value of its natural resources, demand that strategies are made possible to conciliate socioeconomic expansion and conservation of the nature. The Ecological Runner while a new modality of conservation allows the flow of the wild life enters the different units of conservation facilitates the forest resetting and considers the magnifying of the areas of conservation of biodiversity. The Ecological Runner Jalapão-Chapada of the Mangabeiras located in the states of the Tocantins, Piauí, Maranhão and Bahia is on the process of implementation for Ibama, Conservation International - CI and the state and municipal Governments. Amongst the seventeen cities that integrate the Runner, Ponte Alta of the Tocantins was defined as study area, with intention to evaluate the potentialities with sights to the sustainable development from the proposal of biorregional management. In this proposal, the cities and the population participate of the preservation, through programs of ambient education. It was used interview as technique of scientific, the public act analysis and private, making possible to inquire the economic activities of the city to diagnosis old practical the cultural ones, as generating source of resources it population and to evaluate the transformations happened of the tourist activity in the region.

Word-keys: Ecological Runner, Sustainable development, Conservation of the nature, Unit of conservation, Potentialities.

1 - Introdução

Uma nova modalidade de preservação de ecossistemas que apareceu nos últimos anos foi a dos corredores ecológicos, com vistas à conciliar a conservação da biodiversidade e a expansão econômica. O corredor é uma espécie de linha imaginária que interliga e reforça os sistemas de Unidades de Conservação para possibilitar o fluxo genético e facilitar a dispersão de espécies, bem como favorecer a recolonização das áreas degradadas.

Tendo em vista os municípios integrantes do corredor ecológico Jalapão-Chapada das Mangabeiras, desenvolveu-se um estudo no município de Ponte Alta do Tocantins para



avaliar se as potencialidades econômicas, culturais, turísticas são condizentes com a proposta de gestão biorregional desse corredor e se serão suficientes para promover o desenvolvimento sócio econômico associado à promoção da conservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais.

Nestes locais, existem critérios para a ocupação que proíbem desmatamentos e a destruição de mananciais. Onde existem cidades, a população participa da preservação, através de programas de educação ambiental. O foco principal do corredor é a formação de redes de apoio, de desenvolvimento do espírito de iniciativa e do cultivo do capital social como meio de gerar renovação econômica para o município de estudo. Portanto, o desenvolvimento sustentável demanda um incentivo de recursos de diversas esferas do governo para apoiar as iniciativas locais, que serão apontadas através da gestão descentralizada e participativa dos corredores ecológicos.

A implementação do corredor ecológico será viável para a preservação da biodiversidade da região e promover o desenvolvimento socioeconômico no município, se houver a participação coletiva da comunidade e a implementação de uma proposta de educação ambiental como instrumento de gestão do meio ambiente.

O município de Ponte Alta do Tocantins é considerado a porta de entrada do Jalapão e o último local que oferece uma melhor infra-estrutura, como posto de combustível, supermercado e contratação de guias turísticos, ainda que em pequena escala, para os turistas e visitantes que pretendem conhecer a biorregião do Jalapão em busca da natureza, de lazer e de aventura.

O presente artigo apresenta as atividades econômicas e faz um diagnóstico das antigas práticas culturais desenvolvidas no município. Através dos depoimentos de atores sociais, destaca as atividades artesanais desenvolvidas pela comunidade local antes do surgimento do capim-dourado e as transformações advindas da atividade turística na região, ao mesmo tempo em que ressalta os principais atrativos turísticos e faz uma avaliação dessa atividade, tendo em vista o desenvolvimento sustentável para o município e região dentro da proposta de gestão biorregional.

2 - Conservação da Natureza

As áreas naturais protegidas pela Legislação Brasileira, definidas como superfície de terra ou água, de domínio público ou privado, são destinadas à proteção dos seus recursos naturais e culturais, e principalmente à manutenção da diversidade biológica.

O Brasil apresenta uma megadiversidade biológica devido as suas características fisiográficas e do clima, traduzindo-se em biomas, que são considerados regiões de dominância dos respectivos ecossistemas: Floresta Amazônica, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Campos sulinos (pampas), Ambientes Costeiros e Marinhos. Esse patrimônio natural é reconhecido como o mais significativo do planeta (ALMEIDA *et al.*, 2004). Como o país de maior diversidade do planeta, o Brasil foi o primeiro signatário da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e considerado o primeiro país megabiodiverso (reunião de 17 países que, juntos, têm pelo menos 70% das espécies botânicas e animais do mundo) (BRASIL, MMA, 1998).

Devido à intervenção antrópica, esse patrimônio sofre acelerado processo de degradação, o que levou a uma série de discussões que resultou na RIO-92 (Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) realizada no Rio de Janeiro, objetivando a implementação de projetos de conservação articulados ao princípio de desenvolvimento sustentável.

Conforme explicita a Constituição Federal, proteger a diversidade biológica do país é compromisso de todos os setores da sociedade e não simplesmente uma ação do governo (BRASIL. Constituição Federal, 1989). Todavia, a iniciativa privada não tenha poder para criar Áreas Protegidas, mas adquire um papel importantíssimo no cenário da conservação, através das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN e envolvimento na gestão das Áreas de Proteção Ambiental – APA.

As Unidades de Conservação da Natureza – UCs são definidas como espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000).

No cenário de intensa degradação dos ecossistemas naturais, as UCs tornam-se essenciais para os programas de conservação, porém, não passam de fragmentos de habitats isolados. O papel crucial dos corredores é justamente facilitar a conexão desses habitats para que os animais possam transitar livremente na exploração das presas e para recolonização da paisagem natural.

As estratégias para conservação da biodiversidade consistem no manejo de interações humanas com a natureza, de modo a oferecer benefícios à geração atual, mantendo seu potencial para satisfazer as necessidades futuras.

2.1 - Corredores Ecológicos

Os corredores surgiram nos anos oitenta na Costa Rica, com a implementação do Corredor Biológico Mesoamericano, também conhecido como *Paseo de la Pantera* e depois expandido para a América Central (MILLER, 2001)

No Brasil, os corredores ecológicos surgiram em 1993, financiados pelo Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7), Banco Mundial e diversas ONGs, abrangendo os principais biomas brasileiros: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Costeiro. Dos 15 corredores em implantação, oito estão sob a responsabilidade direta do Ibama e sete, do Ministério do Meio Ambiente através do PPG-7. Os corredores têm uma complementação legal através da Lei 9.985 de 18-07-2000 do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza - SNUC (IBAMA, 2001).

No Tocantins existem três projetos de corredores ecológicos: Corredor Ecológico Paranã-Pirineus; Corredor Ecológico da Região do Araguaia/Bananal e Corredor Ecológico Jalapão-Chapada das Mangabeiras (IBAMA, 2001).

A maioria dos projetos de corredores ecológicos ainda está em fase de implementação, mas segue em comum o processo de planejamento biorregional e a gestão socioambiental de forma compartilhada, seja em áreas urbanas ou rurais, com vistas ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais e à repartição justa das riquezas para as atuais e futuras gerações.

No Brasil, a delimitação de corredores é definida através de estudos científicos, através da representatividade de ecossistemas em relação às Unidades de Conservação e levados em consideração os tipos de vegetação existentes. Os resultados definem a identificação e classificação dos biomas que são considerados prioritários para conservação (ARRUDA, 2005). Ao delimitar um corredor ecológico deve-se levar em conta um ponto primordial para conservação, que é o uso sustentado do recurso natural, sendo que deve haver uma harmonia entre a política pública e os vários setores da sociedade. Nesse sentido, devem-se estimular a criação de planos de manejo sustentado dos recursos, projetos que incentivem e organizem a atividade turística na região e estabeleçam o processo contínuo de educação ambiental, que promova a participação da comunidade local envolvida, no sentido de sensibilizá-la para uma indispensável cooperação para o uso racional dos recursos naturais.

De modo geral, para o município inserido nos corredores, o modo de vida da comunidade será mantido, reforçando apenas a melhoria de infra-estrutura, para promover

melhores condições de vida, sob a ótica da saúde, educação e cultura, contribuindo para o processo de desenvolvimento local e favorecendo a proteção da diversidade e riqueza culturais.

2.2 - Gestão e Manejo Biorregional

No primeiro momento, é importante destacar o conceito que servirá de base para a compreensão do enfoque apresentado. Biorregião é um espaço geográfico, identificado por comunidades locais, agências governamentais e entidades científicas interessadas em garantir a sustentabilidade de seu processo de desenvolvimento, que contém um ou vários ecossistemas e caracteriza-se por suas formas terrestres, sua vegetação, sua cultura e sua história (MILLER, 1997).

O planejamento biorregional é desenvolvido de forma articulada e integrada nas UC's e em áreas urbanas, numa perspectiva social e econômica. Promove o uso sustentável dos recursos naturais, dá chances de sobrevivência e de reprodução às diferentes espécies de fauna e de flora, estimula a recomposição das áreas degradadas, ou seja, dá proteção integral à biodiversidade brasileira.

É preciso entender que uma reserva ecológica não está garantida simplesmente porque foi cercada e protegida pela intervenção humana, mas que isso dependerá do conjunto de interações entre os elementos do meio biótico e abiótico. Por exemplo, são os animais que, quando agem como dispersores e polinizadores de sementes, garantem a grande diversidade da floresta.

Percebe-se que somente a implementação de um corredor ecológico não garante a proteção integral da reserva natural, pois isso dependerá de estratégias de manejo dinâmico e integrado da paisagem, ou seja, de uma interferência em escala maior através da gestão biorregional apropriada à realidade socioeconômica local.

Neste sentido, o desafio do gestor público é estabelecer estratégias ambientais integradas à conservação dos ecossistemas, sendo que a participação dos atores sociais envolvidos no processo é de grande valia para a redução dos danos ambientais, por meio de ações preventivas e corretivas.

2.3 - Relações socioambientais

De modo geral, a perda da biodiversidade está relacionada com a intervenção humana, que ao utilizar os recursos naturais para suprir necessidades imediatas, acaba alterando e destruindo os sistemas naturais.

O Brasil apresenta uma diversidade biológica riquíssima em espécies vegetais e animais, mas todo esse estoque natural é limitado. Alguns fatores contribuem para a perda da diversidade biológica, como: desmatamento, queimada e fragmentação da paisagem para diversificados fins – agricultura, silvicultura, pastagem e ocupação humana, consumo demasiado dos recursos naturais e poluição da água, do solo e do ar.

É importante que a sociedade incorpore a visão de que os recursos naturais estarão disponíveis à atual e às futuras gerações somente se utilizados de modo racional. Trata-se de compreender não somente as condições socioeconômicas e ambientais que favorecem a destruição dos recursos, mas sim de identificar as condições que levam à sustentabilidade e à manutenção da biodiversidade, o que pode conduzir à prática de manejo sustentável e às políticas públicas adequadas com diretrizes capazes de definir quando e até que ponto os recursos naturais podem ser utilizados. Para tanto, há a necessidade de projetar estratégias capazes de garantir o desenvolvimento sustentável, através do planejamento do uso dos recursos naturais, e também, da vinculação do desenvolvimento social e econômico à proteção do ambiente.

2.4 - Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu da Estratégia Mundial para a Conservação (World Conservation Strategy) lançada pela União Mundial para a Conservação (IUCN) e pelo Fundo Mundial para a Conservação (WWF), apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), embora já tivesse aparecido com o nome de “ecodesenvolvimento” na Reunião de Founex em 1971. A Estratégia Mundial propunha uma harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente, com ênfase na preservação dos ecossistemas naturais e na diversidade genética, para a utilização racional dos recursos naturais (FRANCO, 2001).

O termo “desenvolvimento sustentável” tornou-se largamente discutido em todas as esferas da sociedade, ou seja, sendo quase que uma referência obrigatória para o desenvolvimento geral de uma localidade, região ou mesmo de um país (CAVALCANTE, 1999). Apesar de muito discutido, ainda se mostra de difícil aplicação e complicado entendimento, e a complexidade aumenta quando introduzido no meio ambiente natural.

De modo geral, há uma dificuldade muito grande em estabelecer uma relação harmônica entre as atividades exercidas pelo homem e os processos naturais do meio ambiente devido ao modo de produção atual, que busca incessantemente o lucro imediato sem

preocupar-se com a preservação do ambiente. Por isso é que se criam tantos projetos que planejam o desenvolvimento sustentável de forma a equilibrar a necessidade de sustento de uma determinada comunidade com a conservação do ambiente, mas nem todos têm êxito com relação aos objetivos propostos.

3 - Procedimentos Metodológicos

Para a produção desse artigo, foi dedicada bastante atenção ao município de estudo, incorporando-se dados variados (inclusive obtidos em campo) e os resultados de análises, sendo essa investigação conduzida no mês de outubro de 2005. A riqueza de certos depoimentos então colhidos e os dados secundários obtidos pela literatura especializada no alcance mais geral das observações feitas em campo, abrem a possibilidade de uma reflexão mais ampla. Foram entrevistados 20 atores. Dentre eles, pessoas da comunidade, comerciantes, representante de órgãos estaduais e IBAMA, Prefeitura Municipal (gestor e secretários), Câmara de Vereadores e outros.

4 - Corredor Ecológico Jalapão-Chapada das Mangabeiras

A biorregião do Jalapão é considerada um divisor de águas de alto potencial hídrico marcada pelas nascentes dos afluentes dos rios Tocantins e São Francisco e nascente do rio Parnaíba. Apresenta um grande potencial eco-turístico caracterizado por uma paisagem praticamente intocada, apesar das ameaças das plantações de soja no Chapadão Ocidental da Bahia e da Chapada das Mangabeiras e por ser uma região composta por rochas sedimentares, na sua maioria arenito, com intenso processo erosivo, corre sério risco de desertificação. É rico em veredas, mas a maior atração são as gigantescas dunas de areia formadas pela erosão da Serra do Espírito Santo, provocada pela chuva e pelo vento. (IBAMA, 2001)

Essa biorregião composta por cerrado foi definida como área prioritária para conservação. O cerrado ocupa um quarto do território do Brasil, com cerca de 200 milhões de hectares, é a savana mais rica em quantidade de espécies do mundo.

O Corredor Ecológico Jalapão-Chapada das Mangabeiras (Figura 1) situa-se na região conhecida como Jalapão porção leste do estado do Tocantins, nas proximidades das margens dos afluentes do rio Tocantins, linha de fronteira com o Noroeste da Bahia, sul do Maranhão e Piauí, onde está situada a Chapada das Mangabeiras (IBAMA, 2004).

A implementação do Corredor Ecológico Jalapão-Chapada das Mangabeiras representa o instrumento mais viável para a conservação do cerrado na região do Jalapão. O cerrado é considerado um dos mais importantes biomas, devido a sua alta diversidade,

significativo número de endemismo e por apresentar grande potencial para a fronteira agrícola. A implementação desse corredor é de responsabilidade do Ibama, Conservation International - CI e Governos federal e municipais (IBAMA, 2001)

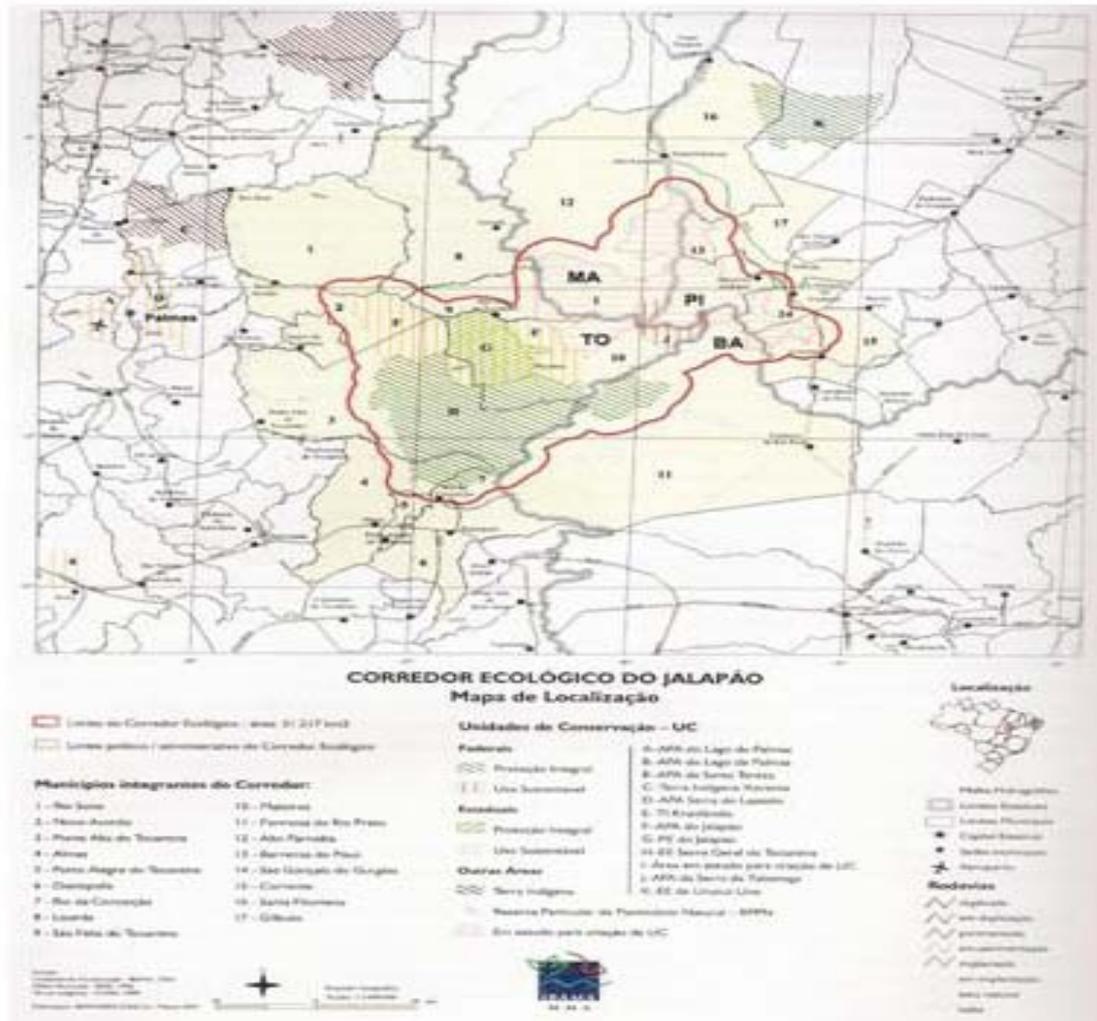


Figura 1 - Mapa do Corredor Ecológico Jalapão-Chapada das Mangabeiras (Fonte: IBAMA, 2002).

O Corredor Ecológico visa promover a conectividade das cinco Unidades de Conservação criadas na biorregião do Jalapão e da Chapada das Mangabeiras: Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins (TO, BA); Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PI, MA, TO, BA); Área de Proteção Ambiental da Serra da Tabatinga (PI, MA); Área de Proteção Ambiental do Jalapão (TO) e Parque Estadual do Jalapão (TO) (IBAMA, 2004). As UCs formarão um grande corredor de proteção da biodiversidade por onde os animais transitarão e procriarão em segurança, a flora será conservada, e as belezas cênicas

preservadas para as futuras gerações. As ações serão planejadas de forma compartilhada e fundamentada no princípio da interação sócio-econômica-ambiental para gestão dos núcleos

O Corredor Ecológico Jalapão-Chapada das Mangabeiras abrange uma área aproximada de 31.217 km², que ligará as áreas protegidas de 17 municípios (Tabela 1) dos estados do Tocantins, Maranhão, Bahia e Piauí, englobando um total de 20.000 habitantes, apresentado da seguinte maneira:

Tabela 1: Municípios integrantes do Corredor Ecológico Jalapão – Chapada das Mangabeiras

(Fonte: IBAMA, 2004)

Nº	Município	Estado
01	Rio Sono	TO
02	Novo Acordo	TO
03	Ponte Alta do Tocantins	TO
04	Almas	TO
05	Porto Alegre do Tocantins	TO
06	Dianópolis	TO
07	Rio da Conceição	TO
08	Lizarda	TO
09	São Félix do Tocantins	TO
10	Mateiros	TO
11	Formosa do Rio Preto	BA
12	Alto Parnaíba	MA
13	Barreiras do Piauí	PI
14	São Gonçalo do Gurguéia	PI
15	Corrente	PI
16	Santa Filomena	PI
17	Gilbués	PI

A biorregião do Jalapão ocupa uma área de aproximadamente 15% do estado do Tocantins, apresenta uma ampla diversidade natural, mas com um desenvolvimento social e econômico baixo, o que ocasiona uma densidade demográfica de 0,6 h/km², semelhante à da Amazônia.

O clima da região é tropical, com duas estações bem definidas, uma chuvosa, de outubro a abril; outra seca, de maio a setembro. A geologia é formada basicamente por rochas de arenito, muito frágeis, sujeitas à erosão provocada pelo vento e pelas chuvas. Logo, com o passar do tempo, formam-se grandes depósitos de areias, conhecidas como dunas. Apresentam-se ainda planaltos e chapadões aplainados, observando-se serras tipo mesa e morros testemunhos com bordas reiniformes.

A vegetação natural é composta basicamente por cerrados e campos, fisionomia aberta. Encontra-se cerrado denso (árvores com troncos tortuosos com cerca de 10 m de altura e galhos retorcidos); cerrado ralo (árvores mais baixas e pouco afastadas, formação aberta com predomínio de gramíneas); mata ciliar e de galeria, bem como campos sujos e campos limpos (RADAMBRASIL, 1982).

5 - Município de Ponte Alta do Tocantins

A ocupação da biorregião do Jalapão intensificou-se no início dos anos 80, a partir da estrada que liga os municípios, em especial Ponte Alta do Tocantins, Mateiros, Novo Acordo e São Félix. Com a chegada de turistas, os povoados começaram a ser dotados de uma pequena infra-estrutura urbana (BEHR, 2004). Por apresentar uma exuberante e diversificada paisagem e produzir o sofisticado artesanato do capim-dourado, a região atrai um grande número de visitantes, amantes da aventura. Além disso, tem ocupado cada vez mais espaço nos meios de comunicação e alcançado repercussão nacional e internacional.

O município de Ponte Alta do Tocantins está localizado na biorregião do Jalapão na porção leste do estado do Tocantins, apresenta como coordenadas geográficas 10° 44' 38" de latitude sul, 47° 32' 10" de longitude oeste e altitude média de 294 metros, distante 198 quilômetros da capital, Palmas (Figura 2). Limita-se ao norte com os municípios de Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins e Novo Acordo, ao sul com Pindorama e Almas, ao leste com Mateiros e a oeste com Monte do Carmo e Silvanópolis.



Figura 2 – Localização de Ponte Alta do Tocantins no mapa do Estado do Tocantins (Fonte: SEPLAN, 2005).

O município de Ponte Alta do Tocantins surgiu da necessidade de fazendeiros da região reunir suas famílias em uma povoação para fundar uma escola para os filhos estudarem. O seu nome originou-se a partir de uma árvore que caiu sobre um rio, que serviu de ponte de madeira (muito alta), dando passagem para os pedestres de uma margem à outra. A localidade passou por distrito, vila, até chegar à categoria de município com emancipação política em 01 de janeiro de 1959. A capela de Bom Jesus de Ponte Alta foi construída como marca religiosa na região e celebrada a primeira missa em 06 de agosto de 1913, data em que cultuam o padroeiro da cidade, com festas folclóricas, hasteamento de mastro, tocadores de tambor e sanfoneiros.

O ponto culminante das manifestações culturais do município é o festejo de Bom Jesus de Ponte Alta, comemorado de 28 de julho a 07 de agosto. Os fundadores do povoado propuseram três nomes de padroeiros – Bom Jesus de Ponte Alta, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Apesar de o primeiro ter sido escolhido, a comunidade festeja os três padroeiros todos os anos. É também o período em que a cidade recebe maior número de turistas, por conta da temporada da praia do Tamburí no rio Ponte Alta, que banha o município, trazendo movimento significativo para a economia local.

De acordo com os resultados preliminares do censo demográfico, o município ocupa uma área de 6.491 km², possui cerca de 6.120 habitantes. Desses, uma grande parcela habita a zona rural. O município possui uma densidade demográfica de 0,63 habitante/km², (IBGE, 2003).

O artesanato e o turismo são considerados as principais potencialidades do município, e se transformam em um desafio para os governantes em torná-los aliados da preservação do meio ambiente.

O artesanato do capim-dourado surgiu como uma oportunidade que traria melhorias sociais para a comunidade da região. Essa atividade foi iniciada pela comunidade Mumbuca (Mateiros-TO), mas se expandiu para a população de outros municípios como Ponte Alta do Tocantins, tendo em vista a obtenção do lucro com a exploração. A colheita do capim-dourado é realizada no período da seca, quando a planta é retirada da natureza para confecção das peças pelos artesãos locais. Surgiram tentativas de cultivá-lo, mas não obtiveram sucesso, pois a espécie produz naturalmente, necessita do manejo adequado, da coleta e gerenciamento dessa exploração, pois a sua produção é limitada e pode trazer problemas sérios de extinção num futuro bem próximo.

Em conseqüência dessa nova atividade – artesanato do capim-dourado, peças fabricadas a partir do barro, do buriti, da madeira, bem como outras práticas advindas do algodão como o fiar, tecer e bordar desapareceu. É preciso discutir políticas, no sentido de restabelecer algumas práticas artesanais, ou seja, manter vivas outras atividades, como alternativas de sobrevivência dos artesãos, caso haja futuramente a extinção do capim-dourado. Faz-se necessário intensificar o trabalho de sensibilização dos artesãos quanto à preservação dessa matéria-prima, como alternativa de garantir a geração de recursos por um longo tempo e conseqüentemente melhores condições de vida para a população. O município possui a Associação dos Artesãos, criada em 2003, que conta com uma média aproximada de 179 associados. As peças confeccionadas são comercializadas no estabelecimento da Associação.

O turismo é também considerado uma atividade econômica predominante no município, uma vez que apresenta vários atrativos, do ponto de vista natural propício para a exploração, para visitação e apreciação da beleza, onde se destacam a Cachoeira do Brejo do Ribeirão Fundo, Pedra Furada, Cachoeira do Brejo da Cama, Cachoeira do Brejo do Boi, Cânion do Rio Sussuapara, Cachoeira do Soninho, Praia do Tambur , dentre outros.

Como um poderoso aliado na busca do desenvolvimento, o turismo regional e local oferece benefícios econ micos para o município em função da geração de empregos para a população com lucro para o setor de serviç os. No município, o turismo vem crescendo e pode ser reconhecido como uma importante atividade econômica, mas também pode ser considerada uma atividade que provoca impacto. Um dos fatores condicionantes desses impactos está relacionado com o solo que é formado basicamente por areia quartzosa. Com o intenso trânsito de automóveis com tração nas 4 rodas, a superfície fica exposta aos efeitos do escoamento superficial durante o período de chuva. A intensificação do escoamento, chega a provocar erosões, descaracterizando a paisagem natural. Um outro fator preocupante diz respeito às peculiaridades do ambiente. O município não oferece serviç os de informação que permitam maior compreensão, apreciação e respeito pelos patrim nios naturais e est ticos visitados.

Apesar de ser considerado, dos quatro maiores municípios, o mais desenvolvido do Jalapão, Ponte Alta do Tocantins apresenta uma infra-estrutura de base que não está perfeitamente dimensionada para atender a expansão da demanda turística. No setor de serviç os que engloba hotéis, pousadas, restaurantes, entretenimentos e informações, não apresenta condições satisfatórias. Portanto, os mais importantes condicionantes da oferta

turística são insuficientes para destacar o turismo no município como uma fonte produtora de recursos.

O setor do comércio no município pode ser considerado razoável, visto que os produtos de primeira necessidade e os bens de consumo duráveis podem ser encontrados, ainda que em pequena escala. Os artigos direcionados aos turistas e visitantes, como as peças artesanais do capim-dourado, também fazem parte da oferta no comércio local, além de serem expostos em feiras estaduais e nacionais.

O município de Ponte Alta do Tocantins apresenta um grande potencial, perpetuando a atividade pecuarista que exerce um papel de grande importância para a economia local. A pecuária caracteriza-se como uma atividade produtiva no município, onde o rebanho bovino supre a demanda de consumo na alimentação de carne e leite.

A criação de abelhas (apicultura) vem se destacando como um sistema produtivo significativo, pois a Associação dos Apicultores foi contemplada com o Programa Petrobrás Fome Zero e receberá recursos financeiros para desenvolver o projeto. Já foi construída a primeira etapa da Casa do Mel, prevista para funcionamento total em 2006. É um local de produção e comercialização do mel, com capacidade para exportação, que visa ao desenvolvimento econômico e social do município, além de oportunizar a geração de empregos para a comunidade local.

Outra atividade econômica que pode também ser mencionada é a agricultura familiar, com produção para a subsistência das famílias rurais, que cultivam arroz, feijão, milho, mandioca e outros, sendo destinada à comercialização uma quantia insignificante desses produtos. As famílias se organizam em forma de associação de produtores rurais para buscar incentivos junto ao governo federal através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, além de apoio municipal e estadual.

6 - Considerações Finais

Por ocupar uma área considerada estratégica da biorregião do Jalapão e contar com ampla diversidade natural, o município de Ponte Alta do Tocantins apresenta um desenvolvimento social e econômico abaixo do seu potencial. Destacam-se, dentre outras características, as belezas naturais com os rios, praias, cachoeiras e cânion propiciando um cenário único, e a originalidade das festas tradicionais por considerar em seu calendário manifestações folclóricas significantes para o município.

A atividade turística vem despontando como uma grande alternativa econômica, porém torna-se indispensável a adoção da sustentabilidade no município e região, como estratégia válida para se buscar a integração entre o uso turístico, preservação do meio ambiente e melhoria das condições de vida da comunidade local. Outra atividade econômica que merece destaque é a produção artesanal, com trabalhos manuais feito por artesãos locais, utilizando a matéria-prima do capim-dourado, conhecido mundialmente como o “ouro do cerrado”.

Percebe-se um empenho do setor público em valorizar e incentivar, além das festividades culturais, eventos de toda a natureza, com o intuito não só de promoção do município, mas também como entretenimento adicional para a comunidade local. Vale a pena divulgar as potencialidades do município, como forma de mostrar e buscar o desenvolvimento em equilíbrio com o meio físico, bem como contribuir para o bem-estar da comunidade.

Diante dos resultados obtidos com a pesquisa, dentro de uma proposta de desenvolvimento sustentável do município em função da implementação do Corredor Ecológico, pode-se afirmar que as potencialidades destacadas em Ponte Alta do Tocantins são suficientes para promover o desenvolvimento, uma vez que é necessário traçar metas capazes de nortear as ações do poder público e privado.

Nessa perspectiva fazem-se algumas recomendações, como iniciativas para coordenar, harmonizar e implementar as ações que viabilizem uma atuação decisiva para promover o desenvolvimento do município, descrita a seguir: regulamentar a atividade turística no município para desenvolver-se com sucesso de forma organizada e articulada; instigar a iniciativa privada a investir em equipamentos e serviços para atender com qualidade os turistas e visitantes; implantar infra-estrutura básica no município; engajar a comunidade em projetos contínuos de educação ambiental com o intuito de formar cidadãos ativos na preservação dos recursos naturais e culturais do município; e restabelecer antigas práticas artesanais como forma de valorização econômica.

6 - Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J. R e BASTOS. *Política e planejamento ambiental*. Rio de Janeiro: Thex. 2204.
- ARRUDA, M. *Gestão integrada de ecossistemas aplicada a corredores ecológicos*. Brasília: IBAMA.2005.
- BERH. M. *Jalapão – Sertão das águas*. São Jose dos Campos – SP: Somos.2004.

- BARROS, A. *Projeto de Pesquisa: Propostas metodológicas*. 15^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1988.
- CAVALCANTI, C. *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 2^a ed..São Paulo: Cortez.1999.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Senado Federal. Brasília, 1989.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNIC. Brasília, 2000.
- IBAMA. *Expedição científica e conservacionista Gilvandro Simas Pereira*: Jalapão – TO. Brasília: IBAMA.2001.
- FRANCO, M. *Planejamento ambiental para a cidade sustentável*. 2^a ed. São Paulo: FAPESP. 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Corredores Ecológicos*. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 21 de novembro de 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Unidades de Conservação*. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 17 de outubro de 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 de janeiro de 2006.
- MILLER, K.1997. *Em busca de um novo equilíbrio*: diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio de manejo biorregional. Brasília: IBAMA.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Diversidade biológica*. Disponível em <http://www.mma.gov.br/>. Acesso em 20 de dezembro de 2005.
- PONTE ALTA DO TOCANTINS – TO.Plano de Desenvolvimento Local. 2004.
- RADAMBRASIL. Geologia. In. BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Levantamento de Recursos Naturais*. Rio de Janeiro.1982.
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. *Divisão Político-Administrativa do Estado do Tocantins*. Disponível em <http://www.seplan.to.gov.br/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2006.